

SUBVERSÃO TRANSFEMINISTA EM TEMPOS DE MORALISMO NEOCONSERVADOR: INSURGÊNCIA, REINVENÇÃO E SOLIDARIEDADE

*TRANSFEMINIST SUBVERSION IN TIMES OF NEOCONSERVATIVE MORALISM: INSURGENCY,
REINVENTION AND SOLIDARITY*

Dandara da Costa Rocha¹

Resumo: o artigo analisa as estratégias políticas do transfeminismo brasileiro diante da ofensiva autoritária e moralista da extrema-direita, marcada pelo uso da retórica da “ideologia de gênero”. Trata-se de uma análise da situação, fundamentada em metodologia qualitativa e abordagem transfeminista, com foco na análise discursiva de manifestações públicas, redes sociais e ações de coletivos transfeministas. O estudo investiga como essas práticas resistem ao avanço conservador ao articular linguagem, afetos, corpos e redes de solidariedade. Os resultados demonstram que o transfeminismo atua como vetor de subversão ao desnaturalizar normas de gênero, promover discursos contra-hegemônicos e produzir formas alternativas de existência e política. As práticas discursivas revelam a linguagem como campo de disputa simbólica, enquanto os corpos e afetos dissidentes operam como instrumentos de resistência cotidiana. Além disso, a análise evidencia a reinvenção política promovida por esses sujeitos, que ampliam o conceito de política ao integrar micropolíticas do cotidiano, questionando limites do feminismo tradicional e propondo alianças interseccionais com outros movimentos sociais. O texto também demonstra o papel central da articulação entre coletivos e da atuação em redes sociais como estratégias eficazes de enfrentamento à desinformação e à violência digital. Conclui-se que o transfeminismo, ao articular insurgência encarnada, reinvenção política e solidariedade comunitária, oferece caminhos concretos de resistência e transformação diante das ameaças neoconservadoras. O artigo contribui, assim, para o reconhecimento do transfeminismo como prática política central na luta contemporânea por justiça social, democracia radical e dignidade para todas as formas de vida.

Palavras-chave: Extrema-direita; “ideologia de gênero”; interseccionalidade; resistência política; transfeminismo.

Abstract: this article analyzes the political strategies of Brazilian transfeminism in response to the authoritarian and moralist offensive of the far right, particularly through the rhetoric of “gender ideology.” It presents a situational analysis based on qualitative methodology and a transfeminist approach, focusing on discourse analysis of public demonstrations, social media publications, and the actions of transfeminist collectives. The study investigates how these practices resist conservative advances by articulating language, affect, bodies, and networks of solidarity. Results show that transfeminism acts as a subversive force by denaturalizing gender norms, producing counter-hegemonic discourses, and forging alternative forms of existence and politics. Discursive practices reveal language as a field of symbolic dispute, while dissident bodies and affects serve as tools for everyday resistance. The analysis further demonstrates the political reinvention proposed by these subjects, who expand the notion of politics to include everyday micropolitics, challenges the limitations of traditional feminism, and builds intersectional alliances with other social movements. The article also highlights the central role of collective articulation and digital media engagement as effective strategies to combat disinformation and digital violence. It concludes that transfeminism, by combining embodied insurgency, political reinvention, and community-based solidarity, offers concrete paths for resistance and transformation in the face of neoconservative threats. Thus, the article contributes to the recognition of transfeminism as a central political practice in the contemporary struggle for social justice, radical democracy, and dignity for all forms of life.

Keywords: Far right; “gender ideology”; intersectionality; political resistance; transfeminism.

¹ Travesti transfeminista. Advogada com formação na Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade de Educação. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde é membro do Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero. Filiada à Associação Nacional de Estudos da Trans-Homocultura.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão de projetos políticos autoritários e moralistas em diversos países² tem impactado diretamente a vida de pessoas LGBTQI+³, sobretudo de travestis e pessoas trans, que se tornam alvos recorrentes da ofensiva simbólica, jurídica e material promovida por setores da extrema-direita⁴. Nesse cenário, emerge a urgência de refletir sobre as formas de resistência política que partem dos corpos historicamente marginalizados, com destaque para o transfeminismo como campo teórico e prático insurgente. Este artigo propõe-se a investigar como práticas transfeministas têm respondido à cruzada moral da extrema-direita, por meio de ações de enfrentamento que articulam linguagem, corpo e afetos na disputa por existência, reconhecimento e transformação social.

A escolha do tema se justifica diante do recrudescimento das violências motivadas por ideologias antigênero e da legitimação, por parte de lideranças políticas, de discursos de ódio e práticas de exclusão. Ao propor a análise das estratégias transfeministas como forma de enfrentamento, este trabalho reconhece a centralidade das disputas de linguagem, afeto e vida nos embates contemporâneos e busca evidenciar o protagonismo de sujeitos frequentemente desconsiderados na formulação das políticas públicas e no debate sobre direitos humanos.

O problema de pesquisa que orienta este artigo pode ser assim formulado: de que maneira políticas e ações transfeministas têm respondido, em diferentes dimensões, às ofensivas morais da extrema-direita no Brasil? Busca-se compreender como tais práticas produzem efeitos de ruptura e de invenção política, tensionando não apenas os discursos dominantes, mas também os modos tradicionais de compreender a política e a militância.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como as ações transfeministas têm operado como formas de resistência política frente às ofensivas morais e autoritárias da extrema-direita no Brasil. Para alcançar esse objetivo, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: (i) identificar práticas discursivas transfeministas que confrontam a retórica da “ideologia de gênero” promovida por setores conservadores; (ii) examinar o papel dos afetos

² Como a eleição de Jair Bolsonaro, Javier Milei e Donald Trump para a presidência do Brasil em 2018, da Argentina em 2023 e dos Estados Unidos em 2024, respectivamente.

³ LGBTQI+ é o acrônimo referente a lésbicas, gays, bissexuais e transexuais e travestis. Neste texto, a adição do símbolo “+” indica o reconhecimento de outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão explicitamente mencionadas na sigla original, como pessoas *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, entre outras (Pedra, 2018). O uso do “+” busca refletir a diversidade e a complexidade das vivências que compõem a comunidade em questão, evitando reduções e exclusões.

⁴ A chamada extrema-direita abrange um conjunto diverso de grupos e movimentos, que não compartilham uma composição uniforme. As diferenças entre eles envolvem aspectos como suas origens, finalidades e plataformas políticas. Sob esse mesmo rótulo, encontram-se desde formações populistas (Mudde, 2007; Taggart, 1995) até correntes neoconservadoras e neofascistas (Ignazi, 2003; von Beyme, 1988). Aproxima-se aqui das teses de Cesarino (2024, p. 211-225), segundo as quais a extrema-direita brasileira: (i) constitui uma “força meta-política” que propõe “uma alternativa total ao sistema democrático estabelecido pela Constituição de 1988” e “captura latências já presentes no senso comum”; (ii) é uma “superestrutura adaptada à atual etapa do capitalismo tardio”; (iii) funciona como “resposta holística à crise dos mediadores hegemônicos no pós-guerra”; (iv) tem na tríade “Boi-Bala-Bíblia” a manifestação das formas elementares de sua gramática meta-política, ocupando “funções anti-estruturais que eram operadas pela esquerda em ciclo histórico anterior” e respondendo “ao realismo capitalista adaptado à densidade histórica brasileira”; e (v) opera uma “anti-pedagogia anti-universalista, fundamentada no etnocentrismo”.

e dos corpos dissidentes na construção de estratégias políticas de resistência transfeminista; (iii) refletir sobre a potência subversiva do transfeminismo como forma de reinvenção política em contextos de crise social e ascensão do neoconservadorismo; (iv) analisar as estratégias de articulação e solidariedade entre coletivos trans e travestis, observando como a união de forças amplia a capacidade de enfrentamento às investidas neoconservadoras; e (v) discutir o impacto das redes sociais e plataformas digitais na disseminação das pautas transfeministas e na mobilização contra a desinformação promovida pela extrema-direita.

Parte-se da hipótese de que o transfeminismo, enquanto prática política encarnada em vidas marcadas pela dissidência, constitui-se como um potente vetor de subversão da ordem moral neoconservadora, justamente por afirmar outras formas de existir, de sentir e de fazer política. Sua força reside na radicalidade da existência travesti e trans como potência crítica diante de um projeto de sociedade baseado na hierarquia de gênero, na exclusão e na normatização violenta dos corpos.

A metodologia adotada neste artigo é qualitativa. O *corpus* empírico é composto por práticas de enfrentamento que articulam linguagem, corpos, afetos e redes de solidariedade, permitindo observar como tais sujeitos constroem discursos e estratégias alternativas à narrativa moralista da extrema-direita. A análise é orientada por uma abordagem transfeminista, que se compromete com a leitura situada das vidas dissidentes, reconhecendo-as como campos legítimos de produção de saber e ação política.

Como síntese das principais discussões que serão desenvolvidas ao longo do texto, espera-se demonstrar que as ações transfeministas, mesmo diante da violência institucionalizada, mobilizam linguagens, afetos e práticas coletivas que desafiam o projeto político e moral da extrema-direita. Ao afirmar a dignidade, a complexidade e a legitimidade de vidas dissidentes, tais ações não apenas resistem, mas criam outras possibilidades de existência e de política. A partir disso, este artigo pretende contribuir para a compreensão da centralidade dos transfeminismos na luta contemporânea por justiça social, democracia radical e dignidade para todas as formas de vida.

2 TRANSFEMINISMOS EM DISPUTA: DESCONSTRUINDO A RETÓRICA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

A ascensão de novos discursos conservadores e autoritários têm encontrado na chamada “ideologia de gênero” um de seus principais pilares para a deslegitimação de direitos e a promoção de violências contra pessoas LGBTQ+, em particular travestis e pessoas trans. No Brasil, essa retórica se manifesta em pronunciamentos de políticos e de cristãos

católicos e evangélicos⁵, campanhas midiáticas e legislações que buscam cercear a liberdade e a existência de corpos dissidentes⁶. Contudo, em meio a esse cenário adverso, as práticas discursivas transfeministas emergem como um potente campo de resistência e ressignificação, confrontando diretamente as narrativas hegemônicas e propondo novas epistemologias e formas de ser e estar no mundo.

O conceito de “ideologia de gênero” não se sustenta em bases científicas ou acadêmicas, sendo, na verdade, uma construção política forjada por setores conservadores para desacreditar os estudos e as discussões sobre diversidade sexual e de gênero. Como aponta Bento (2008), essa expressão opera como um “bode expiatório” para mobilizar o medo e a aversão a tudo que fuja das normas cis-heteronormativas⁷, criando um inimigo comum que justifica a perseguição e a violência.

Nas campanhas contra a “ideologia de gênero” e nas estratégias a ela associadas, foi se tornando politicamente disponível uma linguagem que seria útil à extrema-direita, que passaria a mobilizar descontentamentos diversos em torno da ideia de que é preciso proteger uma ordem convencional de gênero, a família e as crianças. Utilizo a noção de reação sem limitar essas dinâmicas à oposição a conquistas, uma vez que estes movimentos promovem as suas próprias políticas de gênero, procurando afirmativamente avançar plataformas políticas que podem levar a ordens sociais e políticas mais desiguais, nas quais a pluralidade é enfrentada como um problema e não uma característica de sociedades democráticas e complexas (Biroli, 2024, p. 198).

A partir dessa premissa, as práticas discursivas transfeministas buscam desvelar a artificialidade e a instrumentalização política da “ideologia de gênero”, expondo seus vieses e suas intenções de controle social. Essa desconstrução não se restringe à mera refutação de argumentos falaciosos: ela se aprofunda na análise das raízes históricas e ideológicas

⁵ De acordo com Vaggione, Machado e Biroli (2020), nos textos oficiais do Vaticano se firmou uma crítica à denominada “cultura da morte”, relacionada ao uso de métodos contraceptivos e à prática do aborto. Essa crítica antecipou e contribuiu para a formulação posterior da ideia de “ideologia de gênero”, cujo exemplo marcante dessa mudança é a encíclica *Evangelium vitae*, divulgada em 1995 pelo papa João Paulo II, a qual coloca a defesa da vida no centro da doutrina teológica da Igreja e como base de sua intervenção no campo político.

⁶ A expressão “corpos dissidentes” refere-se a corpos que desafiam normas hegemônicas de gênero, sexualidade, raça, classe, capacitismo e outras formas de normatividade, sendo frequentemente marginalizados e, ao mesmo tempo, ressignificados como territórios de resistência. Esse conceito é articulado a partir de diversas contribuições interdisciplinares e ativistas. Butler (2003) discute como os corpos se tornam inteligíveis ou abjetos conforme normas culturais de gênero; Bento (2021) analisa os dispositivos de produção da materialidade dos corpos trans e travestis; Valencia (2010) propõe uma leitura transfeminista da violência estrutural que incide sobre corpos dissidentes na América Latina; e Mombaça (2021) relaciona dissidência corporal a práticas estéticas e políticas de subversão da normatividade colonial e cis-heteropatriarcal. Assim, os corpos dissidentes tornam-se centrais para a crítica aos regimes de poder e para a formulação de horizontes políticos emancipatórios.

⁷ A expressão “cisheteronormatividade” designa o conjunto de normas sociais que naturalizam e privilegiam a conformidade simultânea à cisgeneridade e à heterossexualidade como padrão hegemônico. Esse regime normativo sustenta dinâmicas de poder que produzem a exclusão e a subalternização de pessoas cujas identidades e orientações sexuais desviam desse modelo, como é o caso de pessoas trans e travestis.

dessa retórica, conectando-a a movimentos reacionários globais⁸ e a estratégias de desinformação que visam erodir os fundamentos da democracia e dos direitos humanos (Cesarino, 2024; Reis e Eggert, 2017). O transfeminismo, nesse sentido, atua como uma lente crítica que permite enxergar além da superfície, revelando as engrenagens de um projeto político que busca a manutenção de privilégios e hierarquias de poder (Rocha e Lucas, 2024).

Uma das principais estratégias discursivas transfeministas é a reivindicação da linguagem como campo de batalha. Se, por um lado, os discursos conservadores tentam impor uma terminologia que patologiza e desumaniza as identidades trans e travestis – utilizando termos como “transexualismo” ou “transtorno de identidade de gênero”⁹ – por outro, o transfeminismo resgata e reafirma vocabulários que promovem a dignidade e a autonomia. A adoção de pronomes neutros, a insistência na autodenominação e a despatologização da transexualidade são exemplos claros de como a linguagem é mobilizada para confrontar a retórica da “ideologia de gênero”. Conforme destaca Jesus (2015), a própria existência de palavras para nomear é um ato político de validação e reconhecimento, subvertendo a lógica da invisibilidade e do apagamento promovida pelos discursos conservadores. Essa disputa pela linguagem transcende a mera correção gramatical; ela é um embate pela capacidade de nomear o mundo, de construir realidades e de legitimar vivências. Ao insistir em termos como “travesti”, “mulher trans”, “homem trans” ou “pessoa não-binária”, o transfeminismo não apenas afirma identidades, mas também desafia a universalidade da norma cisgênera¹⁰ e heterossexual, abrindo espaço para múltiplas formas de ser e existir que a “ideologia de gênero” tenta silenciar ou extinguir.

Além da contestação léxica, as práticas discursivas transfeministas se manifestam na produção de narrativas contra-hegemônicas¹¹ que rompem com os estereótipos e as representações distorcidas de travestis e pessoas trans. Em vez da exotização, essas narrativas enfatizam a força, a resiliência e a inventividade dessas existências. A literatura, o cinema, a música e as artes visuais produzidos por pessoas trans e travestis se tornam

⁸ Desde janeiro de 2025, quando assumiu a presidência dos Estados Unidos, Trump restringiu o acesso a documentos de identidade federais, ameaçou cortar o financiamento de hospitais para atendimentos de afirmação de gênero e promoveu a exclusão de registros sobre pessoas trans de sites governamentais e escolares (Rummler e Sosin, 2025). Também assinou uma ordem executiva que proíbe a participação de mulheres trans em competições esportivas, o que levou o Comitê Olímpico e Paralímpico dos Estados Unidos (USOPC) a revisar sua Política de Segurança do Atleta (PSA) para os Jogos Olímpicos de Los Angeles em 2028 (Comitê..., 2025).

⁹ A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou, em 18 de junho de 2018, a retirada da transexualidade da categoria de transtornos mentais na nova edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11). A condição, anteriormente classificada como “transtorno de identidade de gênero”, passou a ser nomeada como “incongruência de gênero” e incluída em uma nova seção referente à saúde sexual, sinalizando um deslocamento conceitual que visa reduzir o estigma sem comprometer o acesso a cuidados de saúde.

¹⁰ De forma sintética, o termo “cisgênero” ou “cis” se refere a indivíduos cuja identidade de gênero corresponde ao sexo designado no nascimento (Jesus, 2012).

¹¹ Utiliza-se este termo em referência a práticas, discursos e projetos políticos que se opõem à hegemonia dominante, buscando desestabilizar suas formas de poder e instituir novas possibilidades de organização social. Inspirado principalmente na obra de Antonio Gramsci, o conceito implica uma disputa no campo da cultura e das ideias, no qual forças subalternas constroem sentidos alternativos ao consenso imposto pelas classes dominantes.

plataformas potentes para a construção de discursos alternativos, que questionam as normas de gênero e sexualidade, celebram a diversidade e denunciam as violências sofridas¹² (Alós, Moira e Tauffer, 2021). Tais produções não são apenas expressões artísticas, mas atos políticos de resistência que contestam a hegemonia discursiva e propõem novas formas de pensar e sentir o mundo, conforme argumenta Preciado (2018) ao discutir a micropolítica dos corpos e das linguagens. Essas narrativas não se limitam a contrapor uma “verdade” a uma “mentira”; elas buscam complexificar as compreensões sobre gênero e sexualidade, apresentando a riqueza e a pluralidade das vivências trans e travestis. Ao compartilhar histórias de vida, de luta e de superação, o transfeminismo humaniza as existências trans e travestis, desmantelando a caricatura desumanizadora construída pela “ideologia de gênero” e convidando o público a uma escuta empática e transformadora.

Outra dimensão crucial das práticas discursivas transfeministas é a desnaturalização do gênero e da sexualidade. A retórica da “ideologia de gênero” opera a partir de uma visão essencialista e binária, que concebe o gênero como um dado biológico imutável e a sexualidade como intrinsecamente ligada à reprodução. Em contrapartida, o transfeminismo, ao se fundamentar em perspectivas teóricas como a de Butler (2003) sobre a performatividade de gênero, argumenta que o gênero é uma construção social e cultural, e que as identidades trans desvelam essa artificialidade. Ao questionar a naturalização da cisgeneridade e da heterossexualidade, os discursos transfeministas desestabilizam as bases da “ideologia de gênero”, evidenciando que as normas de gênero são produtos históricos e sociais, passíveis de contestação e transformação (Silva, 2022). Essa desnaturalização não é apenas um exercício teórico: ela tem implicações profundas na vida cotidiana, pois abre caminho para o reconhecimento da diversidade de corpos e mentes, e para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. A “ideologia de gênero”, ao contrário, busca reforçar um modelo único e opressor, negando a pluralidade inerente à condição humana.

A articulação entre teoria e ativismo também é uma marca fundamental das práticas discursivas transfeministas nesse enfrentamento. Não se trata apenas de produzir conhecimento acadêmico, mas de mobilizar esse conhecimento para a ação política direta (Jesus e Alves, 2012; Palha, 2019). A criação de coletivos, a organização de manifestações, a produção de materiais educativos e a presença nas redes sociais são exemplos de como as discussões teóricas são traduzidas em intervenções concretas. Essa confluência entre pensamento crítico e militância é o que confere ao transfeminismo sua força disruptiva, pois não se limita a analisar o problema, mas age para transformá-lo, como enfatizado por Nascimento (2021) ao abordar a práxis transfeminista no contexto brasileiro. A interconexão

¹² Benevides (2025, p. 9-62) aponta que “o Brasil segue, pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais assassina pessoas trans no mundo”, totalizando 122 casos em 2024, o que representa uma queda de 16% com a quantidade de 2023, qual seja, 145 assassinatos.

entre as lutas por reconhecimento e as lutas por redistribuição, como teorizado por Fraser (2008), encontra ressonância nas ações transfeministas que buscam não apenas a validação simbólica de suas identidades, mas também o acesso a direitos e a recursos materiais. Essa práxis permite que o transfeminismo seja dinâmico e responsivo às constantes investidas da extrema-direita, adaptando suas estratégias discursivas e de ação para enfrentar novos desafios e manter a pressão pela garantia de direitos.

Nesse sentido, as práticas discursivas transfeministas representam um contraponto vigoroso à retórica da “ideologia de gênero” no Brasil. Ao desvelar a instrumentalização política do conceito, reivindicar a linguagem como ferramenta de autonomia, construir narrativas contra-hegemônicas, desnaturalizar o gênero e articular teoria e ativismo, o transfeminismo se posiciona como um agente fundamental na luta por justiça social e direitos humanos para todas as pessoas, desafiando os alicerces de um projeto social que busca o apagamento das dissidências. A persistência e a criatividade dessas práticas discursivas são a prova da resiliência das existências trans e travestis e do poder transformador do transfeminismo diante de um cenário de crescente moralismo autoritário.

3 A FORÇA DA DISSIDÊNCIA: AFETOS E CORPOS TRANS E TRAVESTIS COMO MOTORES DE RESISTÊNCIA POLÍTICA

Se a linguagem é um campo de batalha para o transfeminismo, os afetos e os corpos dissidentes constituem o próprio terreno onde essa batalha é travada e onde se forjam as estratégias mais potentes de resistência política. A “ideologia de gênero”, em sua ânsia por normatização e controle, busca não apenas silenciar as vozes trans e travestis, mas também reprimir seus corpos e estigmatizar seus afetos. No entanto, é precisamente dessa marginalização que emerge uma força subversiva, capaz de desestabilizar as bases do projeto neoconservador¹³.

A dimensão afetiva na política transfeminista é central. Contra a lógica do medo e do ódio propagada pela extrema-direita, o transfeminismo também propõe a afirmação da alegria, do amor e da solidariedade como pilares de sua luta (Pontes *et al.*, 2021). Conforme argumenta Ahmed (2014), os afetos não são meramente emoções individuais, mas forças sociais que circulam e moldam os coletivos. Nesse sentido, a alegria de existências “transplenas”, o amor que se estabelece entre corpos dissidentes e a solidariedade que une a comunidade LGBTQ+ tornam-se atos políticos de resistência. Celebrar vidas trans e travestis, mesmo diante das adversidades, é uma forma de contrariar a narrativa de desumanização e de promover a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos (Pontes *et al.*, 2021). A partilha de vivências de vulnerabilidade e resiliência, por sua vez, fortalece os

¹³ Segundo Biroli (2024, p. 203), uma das características das disputas atuais é a mobilização conjunta do comunismo e da ideologia de gênero, “nos repertórios de um neoconservadorismo que se explicita como matriz da política de extrema-direita”.

laços comunitários e cria redes de apoio que são vitais para enfrentar a violência e a discriminação.

Os corpos dissidentes, ou seja, aqueles que escapam às normas binárias de gênero e às expectativas cis-heteronormativas, são o cerne da resistência transfeminista. Em um contexto em que a extrema-direita busca controlar e disciplinar os corpos por meio de leis discriminatórias¹⁴ e da violência explícita e simbólica, a mera existência e visibilidade desses corpos se configuram como um ato revolucionário. A presença de travestis e pessoas trans em espaços públicos – como a política institucional –, a reivindicação de seus nomes sociais e civis retificados e a afirmação de suas identidades de gênero não são apenas questões individuais, mas práticas políticas encarnadas que desafiam a ordem estabelecida (Rocha, 2022; Silva, 2022). Como afirma Butler (2023), o corpo não é um mero substrato passivo, mas um campo de performatividade onde as normas sociais são reiteradas e subvertidas. A performance de gênero das pessoas trans e travestis, ao divergir das expectativas sociais, evidencia a construção social do gênero e, assim, fragiliza a ilusão de uma “natureza” binária defendida pela “ideologia de gênero”.

A ocupação de espaços públicos por corpos trans e travestis é uma estratégia política de resistência de grande impacto. Marchas, manifestações, festivais de arte e ocupações de espaços acadêmicos e culturais são momentos em que a visibilidade e a pluralidade dos corpos dissidentes se impõem. Nessas ocasiões, a presença transfeminista quebra o silêncio e o isolamento que a “ideologia de gênero” tenta impor, demonstrando a força e a organização da comunidade. Essa visibilidade, embora possa gerar reações adversas, é fundamental para a desconstrução de preconceitos e para a educação da sociedade, conforme a pesquisa de Borba (2016) sobre ativismos decoloniais e transfeministas no Brasil. Os corpos trans e travestis se tornam, então, porta-vozes silenciosos, mas poderosos, que comunicam a existência, a dignidade e o direito à vida.

Além da visibilidade, as estratégias de autocuidado e cuidado coletivo dentro do transfeminismo são intrinsecamente políticas. Diante da violência sistêmica, a saúde física e mental das pessoas trans e travestis é constantemente ameaçada¹⁵. A promoção de espaços

¹⁴ Um exemplo prático da eficácia dessas estratégias de articulação é a mobilização em torno de projetos de lei que visam retirar direitos da população LGBTQ+ ou promover discursos de ódio. Desde o início de 2019, foram apresentados no Brasil 437 projetos de lei com potencial de impacto negativo sobre os direitos dessa população (César, 2024), com 77 leis em vigor em 18 estados (Avelar, 2024). Desse total, 342 seguem em tramitação nas Assembleias Legislativas estaduais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

¹⁵ Está em curso relevante debate acerca da Resolução n.º 2.427/2025, do Conselho Federal de Medicina (CFM), a qual estabelece novas restrições ao atendimento médico de pessoas trans e travestis, especialmente no caso de crianças e adolescentes. No entanto, em sede de Ação Civil Pública, a Justiça Federal no Acre determinou a suspensão da referida norma, sob o argumento de que, diferentemente da Resolução n.º 2.265/2019 – construída por meio de amplo diálogo com representantes da sociedade civil e da comunidade científica –, a Resolução n.º 2.427/2025 foi elaborada de forma unilateral pelo CFM, sem a participação de profissionais de diversas áreas do saber, como psicologia, serviço social, antropologia e sociologia. De acordo com o Ministério Público Federal (2025), a decisão judicial ampara-se em três fundamentos principais: (i) a garantia do direito à saúde, à liberdade individual e à autodeterminação, que assegura às pessoas o poder de decidir, sem interferência do Estado, o tratamento que melhor atenda às suas necessidades; (ii) a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), que orienta a atuação estatal com base na medicina fundada em evidências científicas; e (iii) o princípio da razoabilidade, segundo o qual eventuais limitações à autonomia, à liberdade ou aos bens dos indivíduos devem observar o devido processo legal

seguros, a troca de informações sobre direitos e acesso à saúde, e o desenvolvimento de práticas de cuidado mútuo, como grupos de apoio e redes de solidariedade, tornam-se formas de resistência que fortalecem a comunidade e permitem que os indivíduos continuem a lutar. Essas práticas, que podem parecer apenas “pessoais”, são na verdade um enfrentamento direto à lógica do aniquilamento promovida pelos discursos de ódio. O cuidado com o corpo e com o bem-estar afetivo é um ato de autopreservação e um manifesto pela vida, como bem ilustra a discussão de hooks (2021) sobre a importância da comunidade no enfrentamento de opressões.

A vulnerabilidade também é ressignificada no transfeminismo. Se a “ideologia de gênero” busca explorar a vulnerabilidade dos corpos trans e travestis para marginalizá-los ainda mais, o transfeminismo a abraça como uma fonte de força e conexão. Reconhecer a própria vulnerabilidade e a dos outros membros da comunidade permite a construção de laços de empatia e solidariedade, que são essenciais para a luta coletiva (Pontes *et al.*, 2021). É na partilha das dores e dos desafios que se encontram as soluções e as estratégias para superá-los. Essa dimensão da vulnerabilidade como potência política é explorada por Butler (2019) ao analisar as vidas precárias e a resistência daqueles que são tidos como “não vidas”. Assim, o transfeminismo transforma a experiência de ser alvo de ódio em um catalisador para a união e a resistência.

É inegável a centralidade dos afetos e dos corpos dissidentes nas estratégias políticas transfeministas. Ao contrapor o ódio com a alegria e a solidariedade, ao ocupar os espaços com suas presenças visíveis, ao promover o autocuidado e o cuidado coletivo, e ao ressignificar a vulnerabilidade, o transfeminismo não apenas se defende desta ofensiva da extrema-direita, mas constrói novas formas de existência e de fazer política. Essa insurgência encarnada e afetiva é o que confere ao movimento sua potência transformadora, abrindo caminhos para uma sociedade mais justa e inclusiva.

4 A REINVENÇÃO POLÍTICA NA CRISE E A SUBVERSÃO NEOCONSERVADORA

Em um cenário de crise social e colapso ambiental profundos e ascensão do neoconservadorismo, o transfeminismo emerge não apenas como uma forma de resistência, mas como um campo potente de reinvenção política (Rocha, 2022). A “ideologia de gênero” e seus propósitos de cerceamento de direitos e vidas dissidentes encontram no transfeminismo um contraponto que desafia a própria lógica do fazer político tradicional, propondo novas formas de engajamento e de construção de futuro (Rocha e Lucas, 2024). A potência subversiva do transfeminismo reside justamente em sua capacidade de operar nas fissuras do sistema, desvelando suas contradições e forjando alternativas.

substantivo, o que implica a demonstração de finalidade pública legítima e a adoção de medidas adequadas, necessárias e proporcionais.

A crise social contemporânea, caracterizada pelo aumento das desigualdades, pela precarização da vida e pelo aprofundamento das violências de gênero e raça, cria um terreno fértil para a proliferação de discursos autoritários e simplistas. O neoconservadorismo, como analisam Dardot e Laval (2016) e Vaggione, Machado e Biroli (2020), explora essa fragilidade, oferecendo soluções punitivas e excludentes, ancoradas em valores morais e religiosos que buscam restaurar uma ordem social pretensamente perdida¹⁶. Nesse contexto, o transfeminismo atua como uma crítica radical a essa ordem, não apenas pela defesa de direitos específicos, mas pela proposição de uma reconfiguração mais ampla da sociedade. Ao denunciar a violência cis-heteronormativa, o transfeminismo revela como a dominação de gênero está interligada a outras formas de opressão, como o racismo e o capitalismo, conforme a perspectiva da interseccionalidade, fundamental para Crenshaw (1991).

A reinvenção política proposta pelo transfeminismo se manifesta, primeiramente, na ampliação do próprio conceito de política. Para além das instituições formais e dos espaços tradicionais de poder, o transfeminismo reconhece a dimensão política do cotidiano, das relações pessoais, dos corpos e dos afetos. A simples existência de uma pessoa trans ou travesti em um espaço público, a afirmação de sua identidade ou a escolha de seu nome social, são atos políticos que subvertem as normas e desafiam as estruturas de poder. Essa micropolítica do corpo e da vida cotidiana é explorada por Preciado (2018), que demonstra como a sexualidade e o gênero se tornam campos de intervenção biopolítica, e, portanto, também de resistência. Nesse sentido, a militância transfeminista não se restringe a grandes manifestações, mas se capilariza em gestos diários de autodeclaração e de apoio mútuo, ressignificando o que significa “fazer política”.

Adicionalmente, o transfeminismo propõe uma revisão crítica da própria teoria feminista, confrontando suas limitações e lacunas no que tange à inclusão de vivências trans e travestis. Ao questionar o feminismo cisgênero hegemônico, que por vezes reproduziu a exclusão de mulheres trans e travestis, o transfeminismo impulsiona uma politização da teoria que busca uma análise mais completa e inclusiva das opressões de gênero. Como aponta Lugones (2007), a colonialidade de gênero persiste mesmo em discursos supostamente progressistas, e o transfeminismo, ao insistir na centralidade da vivência trans e travestis, contribui para descolonizar o pensamento feminista. Essa autocrítica e essa busca por uma teoria mais abrangente são elementos chave da potência

¹⁶ De acordo com Vaggione, Machado e Biroli (2020), a partir dos anos 1990, temas ligados a valores morais e culturais de cunho conservador passaram a integrar a pauta de determinados grupos políticos, configurando-se como uma estratégia recorrente entre atores neoconservadores e como um elemento relevante na mobilização popular contrária a essa vertente. Conforme apontam os autores, a chegada de representantes neoconservadores – vinculados a tradições religiosas judaico-cristãs – a cargos eletivos, aliada à oposição desses agentes a agendas relacionadas a identidade de gênero, orientação sexual e direitos humanos defendidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), favoreceu a organização desses setores para questionar a criminalização de movimentos sociais que reivindicavam tais direitos, levando-os, inclusive, a ocupar o espaço público em manifestações em nome da “defesa da família” e contra a chamada “ideologia de gênero”.

subversiva do transfeminismo, que não se contenta com as categorias existentes, mas as tensiona e as expande.

A articulação de pautas diversas é outro aspecto fundamental da reinvenção política transfeminista. Em vez de isolar as demandas trans, o movimento as conecta a outras lutas sociais, como o combate ao racismo, à pobreza e à violência de classe. Essa perspectiva interseccional, já mencionada por Crenshaw (1991), permite que o transfeminismo construa alianças estratégicas com outros movimentos sociais, ampliando sua base de apoio e fortalecendo sua capacidade de incidência política. A compreensão de que as opressões estão interligadas e de que a libertação de uns depende da libertação de todos é um princípio norteador que subverte a lógica fragmentada e individualista do neoconservadorismo (Rocha, 2022; Vaggione, Machado e Biroli, 2020). Ao tecer essa rede de solidariedade e de lutas conectadas, o transfeminismo demonstra uma inteligência política que vai além da defesa pontual de direitos, visando a uma transformação social mais profunda e abrangente.

Por fim, a produção de esperança e de futuro é, talvez, a mais subversiva das potências do transfeminismo em contextos de crise. Em um cenário de desespero e cinismo promovido pelo avanço neoconservador, o transfeminismo insiste na possibilidade de um mundo diferente, onde a dignidade e a diversidade sejam valores centrais. A criação de comunidades seguras, a celebração da existência trans e travesti, a imaginação de novas formas de vida e de relação social são atos de resistência utópica, que se recusam a aceitar o presente como destino. Conforme a leitura de Bloch (1995) sobre o princípio esperança, a utopia não é fuga da realidade, mas motor de transformação. O transfeminismo, ao insistir na construção de um futuro mais justo e equitativo para todas as formas de vida, desafia a paralisia imposta pela crise e se torna um farol de reinvenção política, evidenciando que a política não é apenas o que é, mas o que pode ser.

5 TECENDO REDES: ARTICULAÇÃO E SOLIDARIEDADE TRANSFEMINISTA CONTRA O NEOCONSERVADORISMO

A força do transfeminismo na resistência às investidas conservadoras não reside apenas na potência de seus discursos, na afirmação de corpos e afetos ou na reinvenção política, mas, crucialmente, na capacidade de articulação e solidariedade entre os coletivos trans e travestis e os movimentos sociais. Em um cenário onde a fragmentação é frequentemente uma estratégia de enfraquecimento dos movimentos sociais, a união de forças torna-se um pilar fundamental para ampliar a capacidade de enfrentamento às ofensivas da “ideologia de gênero” e do neoconservadorismo. Essa dimensão relacional e de colaboração é o que permite ao transfeminismo ir além da mera reação, construindo um projeto de transformação social que é resiliente e abrangente (Jesus e Alves, 2012).

A formação de redes de coletivos transfeministas é uma resposta direta à capilaridade da extrema-direita, que opera de forma organizada e articulada em diferentes esferas, da política institucional às redes sociais e grupos de WhatsApp (Lopes, Veloso e Lacerda, 2019). Esses coletivos, que surgem em diversas cidades, estados e contextos sociais, compartilham informações, estratégias, materiais educativos e recursos, criando uma frente unida contra as violências, a desinformação e as tentativas de apagamento. A troca de experiências bem-sucedidas ou desafiadoras, a construção de pautas comuns, a divisão de tarefas e a especialização em áreas específicas (como a jurídica, a comunicacional ou a de saúde) permitem que a ação transfeminista tenha um alcance maior e uma ressonância mais forte, como observa Melucci (1989) ao discutir a importância das redes de movimentos sociais na sociedade contemporânea. Essa articulação não se limita ao âmbito nacional; em muitos casos, coletivos transfeministas brasileiros estabelecem laços com grupos internacionais, participando de fóruns globais, compartilhando táticas de luta e construindo uma solidariedade transnacional diante de desafios que transcendem fronteiras geográficas, como a propagação de discursos de ódio antigênero em nível global.

A solidariedade interna é um aspecto central dessa articulação e um motor de resistência. Em um ambiente hostil, onde as pessoas trans e travestis são constantemente alvo de discriminação, violência física e simbólica, e exclusão social, o apoio mútuo se torna uma ferramenta de sobrevivência, empoderamento e cura. A criação e manutenção de casas de acolhimento para pessoas trans e travestis em situação de vulnerabilidade, grupos de apoio psicológico e emocional, redes de advogadas/os e profissionais de saúde aliados, e a organização de mutirões para questões emergenciais (como moradia, alimentação ou acesso a documentos) são exemplos de como a solidariedade se materializa em ações concretas de cuidado e proteção (Santos *et al.*, 2023). Na concepção de hooks (2021), a comunidade e o cuidado mútuo são fundamentais para a resiliência em face da opressão, e no contexto transfeminista, essa premissa é vivenciada intensamente, transformando-se em uma prática política que fortalece os laços sociais e emocionais. A solidariedade, portanto, não é apenas um sentimento ou um valor moral: é uma prática organizada que garante a sustentabilidade das lutas, a proteção das vidas que estão na linha de frente do enfrentamento e a construção de um senso de pertencimento que desafia a invisibilidade e o isolamento (Pontes *et al.*, 2021).

Além da solidariedade interna, a construção de alianças com outros movimentos sociais progressistas amplia significativamente a capacidade de enfrentamento do transfeminismo. A intersecção das pautas¹⁷ permite que os coletivos transfeministas encontrem pontos de convergência e mobilizem um número maior de pessoas, recursos e legitimidade pública. A compreensão de que as opressões se entrelaçam e se retroalimentam, conforme o conceito de interseccionalidade de Crenshaw (1991), é o que

¹⁷ Por exemplo, a luta antirracista, o movimento feminista cisgênero não transfóbico, os movimentos por moradia, saúde e educação, os movimentos de pessoas com deficiência, e as lutas por justiça ambiental.

possibilita a formação dessas alianças estratégicas e a superação de disputas identitárias que poderiam enfraquecer o campo progressista. Marchas conjuntas, campanhas de conscientização e educação pública, ações de pressão política em conjunto com sindicatos, partidos políticos progressistas, organizações estudantis e outras organizações da sociedade civil são demonstrações eloquentes do poder que a união de forças gera, desestabilizando as tentativas da extrema-direita de isolar, fragmentar e deslegitimar as lutas específicas. Essa colaboração estratégica fortalece o campo democrático como um todo.

Coletivos trans e travestis agem rapidamente, organizando campanhas nas redes sociais, elaborando notas públicas, participando ativamente de audiências públicas e legislativas, e pressionando parlamentares por meio de ações diretas e indiretas. Essa capacidade de resposta coordenada, muitas vezes em parceria com outras organizações de direitos humanos e juristas engajados, tem sido crucial para barrar ou mitigar os efeitos de propostas legislativas conservadoras que poderiam retroceder significativamente os direitos já conquistados. A atuação em rede permite uma distribuição eficiente do trabalho, um monitoramento mais eficaz das ameaças legislativas e a mobilização rápida de uma base de apoio diversificada, transformando a dispersão geográfica em uma vantagem tática, como ilustra a análise de Tilly (1988) sobre a formação e ação dos movimentos sociais, que enfatiza a importância da organização de recursos e oportunidades políticas.

A criação e manutenção de espaços seguros e de troca de saberes é mais um resultado vital da articulação entre esses coletivos. Workshops, seminários, encontros nacionais e regionais, e plataformas *online* são desenvolvidos para aprofundar o conhecimento sobre pautas transversais às pessoas trans e travestis, capacitar novas lideranças, disseminar boas práticas e fortalecer os laços entre os ativistas e ativistas em formação. Esses espaços são fundamentais para a resiliência do movimento, pois promovem a formação contínua, a partilha de metodologias de ação, a elaboração de estratégias conjuntas e a construção de um senso de pertencimento que transcende as barreiras geográficas e sociais.

A pedagogia transfeminista, que emerge e se consolida nesses ambientes de troca e aprendizado coletivo (Passos, 2022), é uma forma de educar não apenas a comunidade trans e travesti, mas também a sociedade em geral, sobre as complexidades das identidades de gênero, a importância da diversidade e a necessidade de uma ética da inclusão, como teoriza Freire (1996) ao discutir a educação como prática da liberdade e transformação social. A capacidade de construir conhecimento a partir das próprias vivências e de socializá-lo é uma poderosa ferramenta contra a ignorância e o preconceito disseminados pelo neoconservadorismo.

Portanto, a articulação e a solidariedade entre coletivos transfeministas são pilares estratégicos e indispensáveis para o enfrentamento das investidas conservadoras. A capacidade de construir redes internas de apoio mútuo e redes externas de alianças

intersetoriais, de promover o autocuidado coletivo, de atuar de forma coordenada na esfera política e de criar espaços contínuos de formação e troca de saberes amplifica a voz e a ação do transfeminismo. Essa união de forças permite-lhe não apenas resistir às ofensivas da “ideologia de gênero”, mas também inovar e subverter as lógicas de opressão em um contexto de crise social e avanço do neoconservadorismo, abrindo caminho para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva para todas as pessoas.

6 CONECTANDO VOZES: REDES SOCIAIS E A BATALHA TRANSFEMINISTA CONTRA A DESINFORMAÇÃO DIGITAL

A ascensão das redes sociais e plataformas digitais transformou radicalmente a arena política, tornando-se um campo de batalha crucial para a disseminação de pautas e a mobilização social. Esses espaços digitais representam uma dupla face: por um lado, são ferramentas poderosas para amplificar vozes dissidentes e construir comunidades; por outro, são palcos onde a desinformação promovida pela extrema-direita se espalha de forma viral, exigindo estratégias contínuas de enfrentamento. A capacidade de navegar e intervir nesse ambiente digital é fundamental para a resistência transfeminista, funcionando como um amplificador e, ao mesmo tempo, um escudo protetor em um mundo cada vez mais conectado.

As plataformas digitais, como X (antigo *Twitter*), *Instagram*, *Facebook*, *TikTok* e *YouTube*, oferecem aos coletivos transfeministas uma infraestrutura sem precedentes para a disseminação de suas pautas. Diferentemente da mídia tradicional, muitas vezes hostil ou silenciosa em relação às demandas transversais às pessoas trans e travestis, as redes sociais permitem que as próprias pessoas trans e seus aliados produzam e compartilhem conteúdo diretamente com um público vasto e diversificado, rompendo com os portões de controle da informação. Essa autonomia na produção de narrativas possibilita a construção de uma contra-hegemonia discursiva, onde conceitos como “identidade de gênero”, “pronomes neutros” e “despatologização” são explicados e defendidos em suas próprias condições, sem a distorção e a caricaturização frequentemente impostas pela mídia conservadora. Como argumenta Castells (2013), as redes são a nova morfologia social, e a habilidade de ativistas em utilizá-las é um fator decisivo para o sucesso dos movimentos sociais contemporâneos. Perfis de influenciadores trans e travestis¹⁸, políticos¹⁹, coletivos e organizações²⁰, se tornam verdadeiros centros de informação, engajamento e *advocacy*, desmistificando a “ideologia de gênero” e educando o público em larga escala.

¹⁸ Franchesca Aurora Weiss, Juvi Chagas, Luca Scarpelli, Beta Boechat, Bielo Pereira, Giovanna Heliodoro, entre outras pessoas.

¹⁹ Deputadas federais Erika Hilton e Duda Salabert, deputadas estaduais Linda Brasil e Dani Balbi e vereadoras Thabatta Pimenta, Benny Briolly, Atena Roveda, Natasha Ferreira e Filipa Brunelli.

²⁰ Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Centro de Pesquisa Transfeminista, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat), o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), Vote LGBT, Gênero e Número, entre outros.

A mobilização contra a desinformação é uma das frentes mais críticas e desafiadoras da atuação de pessoas trans e travestis nas redes sociais²¹. A extrema-direita utiliza essas mesmas plataformas de forma estratégica para disseminar notícias falsas, distorções conceituais e discursos de ódio que visam deslegitimar as identidades trans e travestis, minar seus direitos e incitar a violência. Essa tática, muitas vezes chamada de “guerra híbrida” ou “guerra cultural”, busca manipular a opinião pública, gerar pânico moral (Miguel, 2021) e erodir a confiança nas instituições e nos direitos humanos, como analisado por Paternotte e Kuhar (2018) em seu estudo sobre o pânico moral em torno da “ideologia de gênero” na Europa. Em resposta, coletivos transfeministas e ativistas digitais empregam uma série de estratégias robustas: realizam checagem de fatos (*fact-checking*) rigorosa, desmentindo as notícias falsas com dados, pesquisas científicas e evidências concretas; produzem conteúdo explicativo e didático em formatos acessíveis (infográficos, vídeos curtos) para combater as distorções e sanar dúvidas; e utilizam o humor, a ironia e a arte como ferramentas poderosas de resistência e desmascaramento das falácias e preconceitos conservadores. A agilidade na resposta e a capacidade de viralizar informações corretas são cruciais nessa batalha assimétrica, onde a velocidade da desinformação é um inimigo constante.

Além da disseminação de informações e da desconstrução da desinformação, as redes sociais são vitais para a mobilização e coordenação de ações presenciais e virtuais, conferindo agilidade e alcance inéditos aos movimentos. Convocações para marchas, manifestações, atos públicos e eventos de conscientização são amplamente divulgadas, alcançando um público que a mídia tradicional frequentemente ignora ou marginaliza. Plataformas de financiamento coletivo (*crowdfunding*) são utilizadas com sucesso para arrecadar fundos para ações emergenciais, apoio jurídico a vítimas de transfobia, custeio de moradias seguras para pessoas trans e travestis e manutenção das atividades de coletivos e organizações. A capacidade de criar campanhas virais com *hashtags* específicas e de engajar um grande número de pessoas em um curto espaço de tempo demonstra a força da articulação digital e a solidariedade que se forja *online*. Essa dimensão é crucial para movimentos sociais contemporâneos, como apontado por Bennett e Segerberg (2012), que destacam como as redes sociais permitem novas formas de ação coletiva com baixo custo de coordenação e alta capacidade de mobilização em torno de causas compartilhadas.

A construção de comunidades e o fortalecimento de redes de apoio são outros impactos significativos das plataformas digitais para o transfeminismo. Pessoas trans e travestis, especialmente aquelas que vivem em locais com pouca visibilidade ou apoio

²¹ Em janeiro deste ano, a empresa Meta modificou a política de combate ao discurso de ódio nas plataformas Facebook, Instagram e Threads, passando a permitir, entre outras mudanças, a vinculação de expressões relacionadas a transtornos mentais a identidades de gênero ou orientações sexuais (Causin, 2025). Cinco meses depois, o STF decidiu que as plataformas digitais (*big techs*) podem ser responsabilizadas por publicações ilícitas feitas por terceiros, declarando parcialmente inconstitucional o art. 19 do Marco Civil da Internet – disposto a partir da Lei n.º 12.965/2014 –, o qual condiciona a responsabilização das empresas ao descumprimento de ordem judicial para retirada de conteúdo (Vittorazzi, 2025).

presencial (como pequenas cidades ou regiões mais conservadoras), encontram nas redes sociais um espaço de acolhimento, identificação, troca de experiências e pertencimento. Fóruns, grupos e comunidades *online* se tornam ambientes seguros onde é possível compartilhar dúvidas, celebrar conquistas, pedir ajuda, denunciar violências e encontrar solidariedade e orientação. Essa conectividade global e local diminui o isolamento, combate a solidão e fortalece o senso de pertencimento e de agência coletiva, elementos essenciais para a saúde mental e a resiliência de um grupo social que, infelizmente, ainda enfrenta altos índices de violência, discriminação e marginalização. Como destaca Turkle (2012), embora as tecnologias digitais possam, por vezes, gerar novas formas de solidão ou superficialidade nas relações, elas também possibilitam novas e profundas formas de conexão e pertencimento para grupos marginalizados que, de outra forma, estariam isolados.

No entanto, é fundamental reconhecer os desafios e riscos inerentes que o ambiente digital impõe às pessoas trans e travestis. A vigilância massiva, o assédio sistemático, as ameaças de violência (digitais²² e, por vezes, materializadas em ataques físicos²³) e a proliferação descontrolada de discursos de ódio são constantes. A moderação de conteúdo nas plataformas é muitas vezes ineficaz, lenta ou insuficiente, deixando ativistas vulneráveis e sobrecarregando-os com o ônus de reportar e combater o ódio. Além disso, a dependência de algoritmos opacos pode limitar o alcance das pautas transversais às pessoas trans e travestis, enquanto, paradoxalmente, amplifica o conteúdo conservador, polarizador e violento, criando bolhas de ressonância para a desinformação. Superar esses desafios exige não apenas a criatividade, a resiliência e a organização dos ativistas, mas também a pressão contínua sobre as empresas de tecnologia para que assumam sua responsabilidade social na moderação, no combate à desinformação e na proteção dos usuários, um debate complexo e urgente abordado por van Dijck e Poell (2013) sobre a lógica das mídias sociais e suas implicações políticas e sociais.

Assim, é possível apontar que as redes sociais e plataformas digitais se tornaram um campo vital para a ação transfeminista. Apesar dos desafios inerentes a esses espaços, a capacidade de disseminar pautas, mobilizar contra a desinformação, coordenar ações e construir comunidades demonstra o poder transformador do transfeminismo nesse ambiente complexo. A luta digital é, portanto, uma extensão indispensável e estratégica da luta por existência, reconhecimento, direitos e transformação social para travestis e pessoas trans, e, por extensão, para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas.

²² Destacam-se os recentes ataques online contra a deputada federal Erika Hilton de autorias do pastor Flávio Amaral (Ferreira e Araújo, 2025), da influenciadora Antonia Fontenelle (Erika..., 2025) e do deputado federal Flávio Bolsonaro (Transfobia..., 2025).

²³ Na campanha eleitoral de 2024, a deputada federal Duda Salabert, então candidata à prefeitura de Belo Horizonte-MG, afirmou ter sofrido transfobia em clube da cidade (Albano, 2024). Outrossim, em maio deste ano, Thabatta Pimenta, vereadora de Natal-RN, foi vítima de transfobia na Câmara Municipal durante a votação da concessão de título de cidadão natalense ao ex-presidente Jair Bolsonaro (Vereadora..., 2025).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das estratégias transfeministas em resposta à ofensiva da extrema-direita revela um cenário complexo, mas também profundamente inspirador e dinâmico. Longe de se conformar com a marginalização imposta pelos projetos políticos autoritários e moralistas que grassam em diversos países, o transfeminismo emerge como um ator político central e indispensável na disputa por existência, reconhecimento e, em última instância, uma transformação social radical. Os objetivos específicos traçados por este artigo permitiram desvelar a multiplicidade de frentes de atuação, a profundidade teórica e a resiliência intrínseca a esse movimento, que se recusa a ser silenciado ou apagado.

Primeiramente, ficou evidente como as práticas discursivas transfeministas confrontam a retórica vazia e perigosa da “ideologia de gênero”. Ao desmistificar a artificialidade, o caráter instrumental e as intenções de controle desse constructo neoconservador, o transfeminismo resgata a linguagem não apenas como um meio de comunicação, mas como uma ferramenta de autonomia e empoderamento. A insistência na autodenominação, a despatologização da transexualidade – que busca remover o estigma médico e psicológico que historicamente oprimiu as pessoas trans e travestis – e a produção de narrativas contra-hegemônicas, que celebram a diversidade, a inventividade e a força das existências trans e travestis, são atos políticos que subvertem a lógica do apagamento, da desumanização e da homogeneização imposta pelos discursos neoconservadores. Essa batalha no campo do discurso não é meramente semântica ou acadêmica: ela é fundamental para moldar a percepção pública, construir empatia e deslegitimar a base ideológica do neoconservadorismo, que se alimenta da ignorância e do preconceito.

Em segundo lugar, a investigação sobre o papel dos afetos e dos corpos dissidentes demonstrou que a resistência transfeminista é profundamente encarnada e relacional. Contra a disseminação do ódio, do medo e da transfobia institucionalizada, o transfeminismo afirma a potência da alegria, do amor, da solidariedade e da vulnerabilidade compartilhada como pilares inabaláveis de sua luta. A visibilidade dos corpos trans em espaços públicos – sejam câmaras, marchas, manifestações culturais ou no cotidiano – as estratégias de autocuidado e cuidado coletivo, e a resignificação da vulnerabilidade em uma fonte de conexão e força, revelam que a política transcende o âmbito formal das instituições, operando vigorosamente nas micropolíticas do cotidiano, das relações interpessoais e da própria subjetividade. É na afirmação da dignidade de cada corpo, na capacidade de amar e ser amado, e na construção de redes de apoio que se encontra uma das mais potentes formas de insurgência contra um sistema que busca desumanizar e isolar.

Em terceiro lugar, a reflexão sobre a potência subversiva do transfeminismo como forma de reinvenção política evidenciou que o movimento não apenas reage à crise social e ao avanço do neoconservadorismo, mas propõe uma reconfiguração mais ampla e radical do

que significa fazer política. Ao expandir o conceito de política para além das instituições estatais e partidárias, reconhecendo o político no pessoal e no cotidiano, o transfeminismo democratiza o próprio fazer político. Sua capacidade de promover uma autocrítica e inclusão dentro do próprio feminismo – tensionando as limitações do feminismo cisgênero e branco – e de articular suas pautas com outras lutas sociais (como a antirracista, a anticapitalista e a ambientalista) demonstra uma singular inteligência política. Essa reinvenção aponta para a possibilidade de um futuro em que a política seja mais inclusiva, interseccional e centrada na vida e na dignidade de todas as pessoas, construindo pontes onde o neoconservadorismo tenta erguer muros.

Finalmente, a análise das estratégias de articulação e solidariedade entre coletivos trans e travestis sublinhou a importância crucial da união de forças e da construção de redes resilientes. A formação de redes internas de apoio mútuo, a construção de alianças estratégicas com outros movimentos sociais e a capacidade de mobilização coordenada, tanto presencial quanto digitalmente, amplificam significativamente o alcance e a efetividade das ações transfeministas. Essa capacidade de tecer redes fortalece a comunidade, permite uma resposta mais ágil e eficaz às investidas conservadoras e garante a sustentabilidade das lutas em um cenário que se mantém adverso. As redes sociais, em particular, mostraram-se um campo vital e paradoxal: por um lado, são veículos de propagação da desinformação e do ódio; por outro, são ferramentas poderosas para a disseminação de pautas, a educação do público e a mobilização contra a desinformação, apesar dos desafios inerentes a esses espaços.

Em síntese, o transfeminismo, ao articular de forma sinérgica a linguagem como ferramenta de contestação, os corpos e afetos como motores de insurgência, a reinvenção política como horizonte de possibilidades e a solidariedade como pilar de sustentação, não apenas resiste à cruzada moral e violenta da extrema-direita, mas se posiciona como um potente vetor de subversão da ordem neoconservadora. Sua força reside, paradoxalmente, na radicalidade da existência travesti e trans como potência crítica diante de um projeto de sociedade baseado na hierarquia de gênero, na exclusão e na normatização violenta dos corpos e das mentes.

Este artigo, ao evidenciar a centralidade e a complexidade dos transfeminismos na luta contemporânea por justiça social e democracia radical, espera contribuir para a compreensão da riqueza, da urgência e do caráter inovador desse movimento, que não só resiste às opressões, mas ativamente cria e imagina outras possibilidades de existência e de política para todas as formas de vida. A luta continua, e nela, o transfeminismo se firma como um farol de esperança e transformação, apontando caminhos para um futuro mais equitativo e livre.

REFERÊNCIAS

- AHMED, S. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- ALBANO, T. Durante agenda, Duda Salabert diz ter sofrido transfobia em clube de BH. **CNN Brasil**, 27 set. 2024. Disponível em: <https://l1nq.com/wB5rC>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- ALÓS, A. P.; MOIRA, A.; TAUFFER, A. L. Trans/identidades: literatura, cinema e outras artes em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Salvador, v. 23, n. 44, p. 5-8, set.-dez. 2021. Disponível em: <https://l1nq.com/8Ld8w>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- AVELAR, D. Brasil tem pelo menos 77 leis antitrans em vigor em 18 estados. **Folha de S.Paulo**, 28 jan. 2024. Disponível em: <https://acesse.one/kSt00>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra, 2025. Disponível em: <https://encr.pw/cEUef>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, Londres, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012. Disponível em: <https://l1nq.com/xlMLG>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3. ed. São Paulo: EdUFBA, 2021.
- BENTO, B. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BIROLI, F. Crise da democracia e conflitos em torno da igualdade de gênero e da diversidade sexual. In: BRITO, A. S., REIS, L. S. (Org.). **Direitas, radicalismos e as disputas pela linguagem de direitos no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; LAUT Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2024.
- BLOCH, E. **The principle of hope**: v. 1. Cambridge: MIT Press, 1995.
- BORBA, R. Receita para se tornar um “transexual verdadeiro”: discurso, interação e (des)identificação no processo transexualizador. **Trabalho em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 55, n. 1, p. 33-75, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://encr.pw/6k221>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2023.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAUSIN, J. Meta passa a permitir que usuários classifiquem gays e trans como ‘doentes mentais’. **O Globo**, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://l1nk.dev/rb4jB>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- CÉSAR, C. 342 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil, aponta levantamento. **CartaCapital**, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://l1nq.com/PF2Vh>. Acesso em: 2 ago. 2025.

CESARINO, L. Dez teses (e três oportunidades) sobre a extrema direita no Brasil. *In*: BRITO, A. S., REIS, L. S. (Org.). **Direitas, radicalismos e as disputas pela linguagem de direitos no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; LAUT Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2024.

COMITÊ Olímpico dos EUA proíbe mulheres trans em competições femininas. **Agência Brasil**, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://l1nq.com/AuQoM>. Acesso em: 2 ago. 2025.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://encr.pw/OMTLr>. Acesso em: 2 ago. 2025.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ERIKA Hilton entra com ação contra Antonia Fontenelle após ser chamada de 'preta do cabelo duro'. **G1**, 21 jul. 2025. Disponível em: <https://l1nk.dev/YhWH7>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FERREIRA, A.; ARAÚJO, A. L. Polícia Civil do DF indícia pastor por homotransfobia após ataque contra Erika Hilton. **G1**, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://l1nk.dev/gQza7>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FRASER, N. Reframing justice in globalizing world. *In*: FRASER, Nancy. **Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world**. Nova York: Columbia University Press, 2008. p. 12-29.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, b. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

IGNAZI, P. **Extreme-right parties in Western Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3OpVmaJ>. Acesso em: 20 jun. 2025.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

JESUS, J. G. (Org.). **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LOPES, J. W.; VELOSO, Maria S. F.; LACERDA, J. S. #VoteLGBT e o ciberativismo em prol da representação política no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 457-470, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3xPwgNg>. Acesso em: 24 set. 2022.

LUGONES, M. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. **Hypatia**, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007. Disponível em: <https://l1nq.com/9SzBV>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MELUCCI, A. **Nomads of the present**: social movements and individual needs in contemporary society. Filadélfia: Temple University Press, 1989.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, p. 114. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3PwvL19>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Justiça atende pedido do MPF e suspende norma do CFM que restringia atendimento médico a pessoas trans**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://l1nq.com/P9gRq>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. São Paulo: Cobogó, 2021.

MUDDE, C. **The populist radical right in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PALHA, A. Transfeminismo e construção revolucionária. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 33, p. 38-44. 2019.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogia das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PATERNOTTE, D.; KUCHAR, R. Disentangling and locating the “global right”: anti-gender campaigns in Europe. **Politics and Governance**, Lisboa, v. 6, n. 3, p. 6-19, 2018. Disponível em: <https://encr.pw/oLtej>. Acesso em: 2 ago. 2025.

PEDRA, C. B. **Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural na arena jurídica**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://shre.ink/DBC9>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PONTES, A. V. S. A.; ROCHA, D. C.; FRANÇA, E. B. O.; COSTA, M. C.; AZEVEDO, P. C. Cartas para além das fronteiras de travestis periféricas. In: SOUZA, A. L. S. (Org.). **Cultura política nas periferias: estratégias de reexistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 102-123.

PRECIADO, P. B. **Texto junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n.º 138, p. 9-26, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://encr.pw/1zTeZ>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ROCHA, D. C.; LUCAS, A. M. B. Por uma (re)visão transfeminista: uma etnografia do Movimento Trans nas disputas político-institucionais dos anos 1960-2016. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 7, n. 22, p. 1-29, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ikYcj>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ROCHA, D. C. **“Um corpo político” entre conflitos e potencialidades: a eleição de Thabatta Pimenta em Carnaúba dos Dantas-RN no contexto do Movimento Trans e do neoconservadorismo brasileiro**. 2022. Monografia (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/DBNo>. Acesso em: 3 ago. 2024.

RUMMLER, O.; SOSIN, K. All the ways Trump wants to exclude trans people from public life. **The 19th**, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://encr.pw/x2aYB>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SANTOS, A. C. B.; SILVA, L. O.; LEANDRO, J. F.; ABREU, S. R. S. T.; SOARES, M. V. R. A vulnerabilidade LGBTQIA+ e a necessidade da criação de casas de acolhimento no Brasil.

Diversitas Journal, Maceió, v. 8, n. 1. Disponível em: <https://l1nq.com/FK6eS>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SILVA, A. P. Notas sobre o feminismo, o transfeminismo e a política brasileira. **COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 42-67, jan. 2022. Disponível em: <https://encr.pw/TRdA4>. Acesso em: 2 ago. 2025.

TAGGART, P. New populist parties in Western Europe. **West European Politics**, Abingdon, v. 18, n.1, pp.34-51, 1995. Disponível em: <https://l1nq.com/t9Xho>. Acesso em: 2 ago. 2025.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Nova York: Random House USA Inc., 1988.

TRANSFOBIA: Chamada de João, Erika Hilton processa Eduardo Bolsonaro. **Migalhas**, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://encr.pw/mpQlr>. Acesso em: 1 ago. 2025.

TURKLE, S. **Alone together**: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2012.

VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C.; BIROLI, F. Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, F.; VAGGIONI, J. M.; MACHADO, M. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

VALENCIA, S. **Capitalismo gore**. São Paulo: Melusina, 2010.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. Understanding social media logic. **Media and Communication**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 2-14, 2013. Disponível em: <https://encr.pw/Ae5SX>. Acesso em: 2 ago. 2025.

VEREADORA é vítima de transfobia em Câmara Municipal de Natal. **CartaCapital**, 23 maio 2025. Disponível em: <https://encr.pw/cQBEx>. Acesso em: 2 ago. 2025.

VITTORAZZI, D. STF forma tese para responsabilizar big techs por conteúdos de terceiros. **CNN Brasil**, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://encr.pw/iWwsD>. Acesso em: 1 ago. 2025.

VON BEYME, K. Right-wing extremism in post-war Europe. **West European Politics**, Abingdon, v. 11, n. 2, p. 1-18, 1988. Disponível em: <https://l1nq.com/PuMtQ>. Acesso em: 2 ago. 2025.

Recebido em: 02/08/2025
Aceito em: 04/12/2025